

Apresentação

Claiton Marcio da Silva*

A relação entre saúde e meio ambiente é um tema bem conhecido nas ciências humanas; mas permite amplas possibilidades de pesquisa e de ampliação das abordagens. Ainda durante o Império, a preocupação em se estabelecer no Brasil um modelo de nação à maneira europeia, influenciou a produção de teses sobre a viabilidade – ou não – de uma civilização nos trópicos. A nascente academia, influenciada, sobretudo pelo pensamento racial europeu, forjou certa imagem sobre os brasileiros a partir das características raciais – indesejadas, diga-se de passagem – em parte influenciadas pela natureza e pelo clima. As populações brasileiras – sobretudo aquelas marginalizadas nos centros urbanos, somada à grande parcela daqueles que viviam nos sertões – dificultavam a “marcha da civilização” pretendida pelas elites de origem europeia, não apenas por sua pretensa inferioridade racial, mas também porque a saúde pública enfrentava grandes desafios. No processo de construção da nação, neste sentido, o período de transição entre Império e República fixou uma imagem por décadas emoldurada onde os brasileiros eram representados como racialmente inferiorizados e doentes. E a mestiçagem, neste contexto, foi considerada uma importante causa da degeneração moral e física dos brasileiros.

No século XX, cada vez mais a questão racial afastou-se da relação entre saúde/doença. Com a ascensão do pensamento médico-sanitarista através de instituições como o Instituto Oswaldo Cruz, e com a construção de políticas públicas interdependentes entre as unidades da federação entre a Primeira República e a Era Vargas, o grande desafio para a construção de uma agenda de saúde orientou-se pelo saneamento dos sertões. Para formar uma

nação com pessoas saudáveis e civilizadas, neste sentido, seria necessário controlar determinados aspectos do meio ambiente, principalmente no que se refere à proliferação de doenças: desde os tempos coloniais, febre amarela, malária, peste bubônica, ancilostomose, doença de chagas ou a varíola, moldaram não apenas uma agenda voltada à construção de instituições de pesquisa e prevenção daqueles patógenos que nos trópicos se encontravam em situação de vantagem sobre os processos civilizadores, como também políticas de controle dos vastos sertões onde se proliferavam os hospedeiros e difusores destes males. Controlar o ambiente – ou sanear os sertões – significou empreender uma política de cuidados e de crescente controle sobre as populações brasileiras através de um combate sistemático às moscas e mosquitos, roedores, piolhos, carrapatos, micróbios e/ou uma infinidade de agentes até então pouco conhecidos. No Brasil republicano, portanto, emoldurou-se outro quadro: o brasileiro não era um degenerado “por natureza” – ou melhor, pela raça – mas um povo abandonado por seus governantes junto aos inhóspitos sertões.

A literatura sobre estes processos encontra alguns marcos fundantes tanto em clássicos organizadores da ideia de nação, como *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933), quanto em clássicos recentes como os livros *Um sertão chamado Brasil* e *A Era do Saneamento*, de Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, respectivamente. Embora a relação entre saúde e meio ambiente não seja o foco principal destes trabalhos, seus argumentos inspiram a realização de pesquisas voltadas ao entendimento da relação saúde/doença e o mundo que nos cerca. Nesta perspectiva, este número dos

* Pós-Doutor em Science, Technology and Society (STS) no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos e bolsista de post-doctoral fellowship no Rachel Carson Center for Environment and Society, em Munique, Alemanha. Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: <claiton@uffs.edu.br>.

Cadernos do Ceom apresenta uma importante contribuição, propondo estudos de caso onde os processos de nacionalização e modernização do Brasil mostram muitas contradições.

Dois dos artigos presentes nesta coletânea abordam justamente a relação entre saúde, doença e meio ambiente junto às populações indígenas. Em *Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde Kaingang*, Bruna Gama Gavério demonstra como políticas desenvolvimentistas transformaram a dieta alimentar e, por consequência, a saúde dos habitantes da Terra Indígena Xaçecó após a instalação do Posto Indígena em 1941. Em *Doença e cura na etnomedicina guarani nhandéva: o médico e o xamã*, Erneldo Schallenberger e Jovane Gonçalves dos Santos discutem a concepção de saúde-doença para os Guarani do subgrupo Nhandéva, da aldeia Tekohá Añetete. Para os autores, a pesquisa revelou que o adoecimento de um sujeito está ligado ao afastamento de sua alma; a cura é feita pelo rezador (karaí), não pelos remédios, que, no máximo, podem aliviar os sintomas. A alma de um enfermo só se reaproxima dele através do karaí, que promove a cura e restabelece a saúde.

Outros dois artigos discutem a relação entre saúde e meio ambiente na região Nordeste do Brasil. Em sua abordagem sobre o século XIX, Jucieldo Ferreira Alexandre demonstra em seu artigo intitulado *O venturoso sumo de limão: orientações voltadas ao tratamento do cólera no semanário O Araripe em meados do oitocentos*, como as orientações e receitas publicadas no referido jornal cearense a respeito do cólera-morbo demonstram a circularidade de saberes que permeou a conjuntura epidêmica. Já em *Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929)*, Marcos Alessandro Neves demonstra como as mudanças paisagísticas na Recife do início do século XX fortaleceram um discurso modernizante, com o intuito de promover obras de viés higienistas, que almejavam a exclusão da população que ocupava esses espaços, atendendo aos anseios de uma elite local que clamava por uma cidade tida como moderna para os seus conceitos.

Os grandes projetos do pós-Segunda Guerra Mundial são o foco de dois artigos, um sobre o Sudeste brasileiro e outro sobre a região Amazônica. Em *A fabricação de uma cidade tóxica: A Tribuna de Santos e os desastres tecnológicos de Cubatão (Brasil) na década de 1980*, Jó Klanovicz e Clayton Barbosa Ferreira Filho discutem a fabricação do município de Cubatão, Brasil, como espaço tóxico e de poluição na década de 1980. Para os autores, a toxicidade é uma construção ao mesmo tempo material e discursiva, baseada nas ansiedades da sociedade industrial. O texto discute o tema levando em consideração a relação entre desastres ambientais e perspectivas desenvolvimentistas articuladas durante o mais recente regime autoritário brasileiro. Por sua vez, César Martins de Souza discute em *A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX*, como desde o período colonial a região amazônica se constituiu em um desafio aos conquistadores e aventureiros que muitas vezes desapareciam ou morriam na floresta, em sua busca de novas riquezas. Nos séculos XIX e XX, por sua vez, a Amazônia tornou-se um espaço de grandes projetos que visavam o progresso do Brasil, a partir da exploração das riquezas da região. Este processo conduziu a região amazônica ao centro da cena nacional em políticas e projetos de integração e desenvolvimento, transformando a região em produtor de matéria-prima para o capitalismo nacional e mundial, o que provocou fortes impactos socioambientais.

Sobre a região Sul do Brasil, dois artigos relacionam saúde, meio ambiente e o doloroso processo de modernização da agricultura na região Oeste de Santa Catarina, através de seus modelos agropecuários, promotores de “desenvolvimento”, exclusão social e degradação ambiental. Em *Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias*, Ivo Dickmann enfoca três diferentes aspectos do povoamento e sua relação com os distintos modos de produção agropecuária. O primeiro enfoque é direcionado aos nativos desta região, os quais já a povoavam muito antes da vinda dos europeus;

em seguida os caboclos, que eram de origem luso-brasileira. Por último a vinda dos descendentes de europeus com as suas técnicas de cultivo e formas de organização, assim como, a influência das empresas colonizadoras na divisão das terras. Por sua vez, o artigo intitulado *Saúde e Ambiente como Pautas de Interesse do Movimento de Mulheres Camponesas*, de Andressa Bertoncello Valandro, Rosana Maria Badalotti, Maria Elisabeth Kleba, demonstra como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), tem acumulado importantes conquistas no que se refere a garantia de direitos para as mulheres do campo. O artigo em questão discute as articulações entre os temas saúde e ambiente estabelecidas como pautas

de interesse no interior do MMC, considerando que o movimento defende um projeto de agricultura camponesa, agroecológica e feminista, que exige repensar as relações entre os seres humanos e destes com o ambiente, compreendendo que suas escolhas e atitudes implicam diretamente na saúde humana.

Este número dos Cadernos do CEOM cobre praticamente toda a extensão (bio)regional brasileira, abordando muitas de suas chagas – da cólera ao “desenvolvimento”. Contando com um quadro bastante qualificado de autores, fornecemos um quadro otimista em relação à pesquisa sobre saúde e ambiente no Brasil. Aproveite, reflita e pesquise!